

#### LEI DELEGADA Nº 25, DE 15 DE ABRIL DE 2003.

Alterada pela Lei nº 6.567, de 5 de janeiro de 2005.

NOTA:

A <u>Lei n° 6.567, de 5 de janeiro de 2005,</u> promoveu alteração no anexo desta Lei.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO - SETUR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que, no uso da delegação conferida pela Assembléia Legislativa, nos termos da Resolução nº 432, de 6 de março de 2003, decreto a seguinte Lei Delegada:

#### TÍTULO I DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

- **Art. 1º** A Secretaria Executiva de Turismo é órgão da administração direta, integrante da Célula de Desenvolvimento Econômico, tendo por finalidade:
- I auxiliar o Governador do Estado na formulação, coordenação e execução das políticas públicas relativas ao desenvolvimento integrado do turismo no Estado de Alagoas; (Redação dada pela Lei n° 6.567, de 5.05.2005).

#### REDAÇÃO ORIGINAL:

"I - auxiliar o Governador do Estado na formulação, coordenação e execução das políticas públicas relativas ao desenvolvimento integrado do turismo no Estado de Alagoas; e"

II – atrair investimentos para o desenvolvimento do turismo no intuito de viabilizar a sua diversificação, em cada área, conforme as potencialidades do Estado; (Redação dada pela Lei nº 6.567, de 5.05.2005).

#### REDAÇÃO ORIGINAL:

"II - atrair investimentos para o desenvolvimento do turismo no intuito de viabilizar a sua diversificação, em cada área, conforme as potencialidades do Estado."

III – promover articulações interinstitucionais junto a Poderes, Órgãos e Entidades Públicas e Privadas, em nível nacional e internacional; (Redação acrescentada pela <u>Lei nº 6.567, de 5 de janeiro de 2005</u>).



- IV promover articulações interinstitucionais com Agências de Desenvolvimento e Organizações Não Governamentais com sede, escritórios e âmbito de atuação nas diversas regiões e nos diversos Estados do País, assim como no exterior; e (Redação acrescentada pela Lei nº 6.567, de 5.05.2005).
- V articular a promoção institucional do Estado de Alagoas nos demais Estados da Federação e no exterior. (Redação acrescentada pela Lei nº 6.567, de 5.05.2005).
- **Art. 2º** A Direção Superior da Secretaria Executiva de Turismo é exercida por um Secretário Executivo, nomeado, em comissão, pelo Governador do Estado.
- § 1º Além das atribuições relacionadas no art. 114 da Constituição Estadual, compete ao Secretário Executivo de Turismo:
- I auxiliar o Governador do Estado em assuntos relacionados com a área de atuação da Secretaria:
- II assessorar o titular da Secretaria Coordenadora da Célula de Desenvolvimento Econômico;
- III dirigir as atividades técnicas e administrativas da Secretaria, praticando todos os atos inerentes a sua gestão;
- IV supervisionar e avaliar a execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria e por seus órgãos;
  - V aplicar penas disciplinares de sua alçada;
  - VI autorizar despesas, nos limites de sua competência;
  - VII baixar portarias e demais atos administrativos, no âmbito de sua competência;
- VIII delegar, no âmbito de sua competência, atribuições previstas neste artigo, por ato expresso e formal, aos seus subordinados, sempre que necessário; e
- IX desempenhar outras atividades pertinentes aos objetivos e atribuições da Secretaria, definidas no Regimento Interno.
- § 2º A Secretaria Executiva de Turismo terá um cargo de Secretário Adjunto e um cargo de Assessor de Comunicação, providos, em comissão, cujas atribuições estão definidas nos artigos 6º e 11 desta Lei.



#### TÍTULO II DA ESTRUTURA E DAS ATRIBUIÇÕES

#### CAPITULO I DA ESTRUTURA BÁSICA

- **Art. 3º** A estrutura básica organizacional da Secretaria Executiva de Turismo é constituída pelos seguintes órgãos:
  - I Órgão de Direção Superior:
  - a) Gabinete do Secretário, integrado por:
  - 1. Secretário Adjunto;
  - 2. Chefia do Gabinete;
  - 3. Assessoria Técnica;
  - 4. Assessoria de Planejamento e Orçamento;
  - 5. Assessoria de Tecnologia de Informática e Informação;
  - 6. Assessoria de Comunicação.
  - II Órgão de Apoio Administrativo:
  - a) Departamento de Administração e Finanças, integrado por:
  - 1. Divisão de Recursos Humanos;
  - 2. Divisão de Controle e Finanças;
  - 3. Divisão de Serviços Gerais.
  - III Órgão de Execução:
  - a) Gerência Executiva de Marketing Institucional;
  - b) Gerência Executiva de Municipalização;
  - c) Gerência Executiva de Gestão Institucional;



- d) Gerência Executiva de Estudos e Pesquisas;
- e) Gerência Executiva de Atribuições Delegadas;
- f) Gerência Executiva de Informações Turísticas; e (Redação dada pela <u>Lei nº 6.567, de 5.05.2005</u>).

REDAÇÃO ORIGINAL:

"f) Gerência Executiva de Informações Turísticas."

- g) Diretoria de Articulação Nacional. (Redação acrescentada pela <u>Lei nº 6.567, de</u> 5.05.2005).
- **Art. 4º** A Secretaria será dotada de 03 (três) programas estruturantes, para a composição da rede matricial de planejamento, gestão e execução dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Os programas constituem-se em elementos de estrutura, admitindo-lhes atribuições de caráter transitório em função da especificidade ou da urgência, conforme o planejamento da Secretaria.

# CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

#### Seção I Do Gabinete do Secretário

**Art. 5º** Ao Gabinete do Secretário, órgão de direção superior da Secretaria Executiva de Turismo, compete assistir o titular da Pasta na prática de atos de gestão e na execução das demais atividades de sua esfera de competência.

#### Subseção I Do Secretário Adjunto

**Art. 6º** Compete ao Secretário Adjunto auxiliar o titular da Pasta no desempenho de suas atribuições, supervisionando e coordenando as atividades de sua área de atuação, exercendo os poderes e as atribuições que lhe forem delegados pelo Secretário, podendo, inclusive, substituí-lo em suas ausências e impedimentos.



#### Subseção II Da Chefia de Gabinete

**Art. 7º** À Chefia de Gabinete são atribuídas a gerência, a execução e a coordenação dos serviços do Gabinete, competindo-lhe prestar assistência e assessoramento ao Secretário, em assuntos de sua alçada, e cuidar do expediente oficial da Secretaria.

#### Subseção III Da Assessoria Técnica

**Art. 8º** À Assessoria Técnica compete prover aconselhamento especializado ao Gabinete do Secretário, cumprindo-lhe desenvolver análise de estudos e pesquisas, além de desempenhar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Secretário.

#### Subseção IV Da Assessoria de Planejamento e Orçamento

**Art. 9º** À Assessoria de Planejamento e Orçamento cumpre prestar assessoramento no que concerne às atividades de planejamento, de orçamento, controle e avaliação, articulando e acompanhando as atividades, programas e projetos que se desenvolvam, no âmbito da Secretaria, para a execução orçamentária.

#### Subseção V Da Assessoria de Tecnologia de Informática e Informação

**Art. 10.** À Assessoria de Tecnologia de Informática e Informação compete prestar assessoramento na definição do suporte tecnológico em informática, provendo informações para a rede de planejamento e avaliação da gestão pública.

#### Subseção VI Da Assessoria de Comunicação

**Art. 11.** À Assessoria de Comunicação compete acompanhar e gerenciar o fluxo de comunicação organizacional, jornalismo institucional e relações públicas da Secretaria Executiva de Turismo, mantendo arquivo de notícias que digam respeito às atividades do Secretário e da Secretaria.

**Parágrafo único.** A Assessoria de Comunicação exercerá suas atribuições em conformidade com a política de comunicação social do Governo do Estado.



#### Seção II Do Departamento de Administração e Finanças

**Art. 12.** Ao Departamento de Administração e Finanças compete planejar, orientar e coordenar as atividades administrativas, financeiras e contábeis da Secretaria Executiva de Turismo, observando a política de gestão administrativa, as normas e diretrizes estabelecidas.

**Parágrafo único.** As atribuições do Departamento de Administração e Finanças e de suas Divisões serão estabelecidas no Regimento Interno da Secretaria.

#### Seção III Dos Órgãos de Execução

## Subseção I Da Gerência Executiva de Marketing Institucional

- **Art. 13.** Compete à Gerência Executiva de Marketing Institucional a supervisão e execução dos programas e projetos de marketing turístico, cabendo-lhe:
  - I a criação de novos produtos turísticos e a melhoria da qualidade dos já existentes;
  - II a promoção e publicidade do destino turístico; e
  - III a captação e apoio a eventos turísticos.

#### Subseção II Da Gerência Executiva de Municipalização

- **Art. 14.** Compete à Gerência Executiva de Municipalização a supervisão e execução dos programas e projetos de apoio aos municípios turísticos, cabendo-lhe:
- I a coordenação e execução do Programa Nacional de Municipalização do Turismo
  PNMT;
  - II a elaboração de Planos de Desenvolvimento Municipais do Turismo;
  - III a confecção de inventários turísticos; e
  - IV a criação de programas de conscientização turística.



#### Subseção III Da Gerência Executiva de Gestão Institucional

- **Art. 15.** Compete à Gerência Executiva de Gestão Institucional executar os programas de articulação entre os setores público e privado, cabendo-lhe:
- I-a gestão compartilhada para a valorização e preservação dos patrimônios artísticos, históricos, culturais e ambientais;
  - II captação de novos investimentos turísticos;
  - III a gestão compartilhada visando a melhoria da infra-estrutura; e
  - IV a gestão compartilhada para o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo.

#### Subseção IV Da Gerência Executiva de Estudos e Pesquisas

- **Art. 16.** Compete à Gerência Executiva de Estudos e Pesquisas elaborar os programas de estudos e pesquisas, cabendo-lhe:
  - I a elaboração e execução de pesquisas de interesse turístico;
  - II a consolidação do banco de dados turístico; e
  - III a identificação de novas oportunidades de investimentos turísticos.

#### Subseção V Da Gerência Executiva de Atribuições Delegadas

- **Art. 17.** Compete à Gerência Executiva de Atribuições Delegadas:
- I coordenar o sistema de controle de qualidade dos serviços turísticos no Estado, orientando e fiscalizando a sua aplicação;
- II organizar e manter o sistema estadual de cadastro das empresas e serviços turísticos, mediante registro e classificação; e
- III desenvolver as atribuições descentralizadas da Empresa Brasileira de Turismo, ou quem vier lhe suceder como órgão executor da Política Nacional de Turismo.



#### Subseção VI Da Gerência Executiva de Informações Turísticas

- **Art. 18.** Compete à Gerência Executiva de Informações Turísticas o serviço de atendimento e orientação ao público em geral, cabendo-lhe:
- I prestar assistência, receber e informar o potencial turístico do Estado em locais estratégicos de forma fixa ou itinerante; e
  - II a distribuição de material impresso, áudio visual e promocional turístico.

#### Subseção VII Da Diretoria de Articulação Nacional

(Acrescentada pela Lei nº 6.567, de 5.05.2005).

- **Art. 18-A.** Compete à Diretoria de Articulação Nacional: (Redação acrescentada pela Lei n° 6.567, 5.05.2005).
- I articular, junto a entidades públicas, projetos estratégicos para o Governo de Alagoas; (Redação acrescentada pela <u>Lei nº 6.567</u>, de 5.05.2005).
- II promover articulações interinstitucionais junto a Organizações Não Governamentais e Agências de Desenvolvimento; (Redação acrescentada pela <u>Lei nº 6.567, de</u> 5.05.2005).
- III articular a captação de recursos para projetos de interesse do Governo de Alagoas; (Redação acrescentada pela Lei nº 6.567, de 5.05.2005).
- IV servir de interface para as Secretarias do âmbito do Poder Executivo Estadual com as demais entidades públicas, Agências de Desenvolvimento e Organizações Não Governamentais para realização de projetos nas áreas afins destas Secretarias, em nível nacional; (Redação acrescentada pela Lei nº 6.567, de 5.05.2005).
- V identificar e articular oportunidades de ações, projetos e parcerias no sentido de estabelecer intercâmbio de ações com órgãos públicos e privados, visando promover o desenvolvimento econômico e humano do Estado; (Redação acrescentada pela <u>Lei nº 6.567</u>, <u>de 5.05.2005</u>).
- VI articular a promoção institucional do Estado de Alagoas nos demais Estados da Federação e no exterior; e (Redação acrescentada pela <u>Lei nº 6.567, de 5.05.2005</u>).



VII – articular e apoiar a realização de fóruns de articulação, feiras e eventos realizados nos demais Estados da Federação, fazendo interface com as Secretarias afins. (Redação acrescentada pela <u>Lei nº 6.567, de 5.05.2005</u>).

**Parágrafo único.** As atribuições da Diretoria de Articulação Nacional e de suas subdivisões serão detalhadas no Regimento Interno da Secretaria. (Redação acrescentada pela Lei nº 6.567, de 5.05.2005).

## TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- **Art. 19.** Além do cargo de Secretário Executivo de Turismo, de que trata a Lei Delegada nº 1, de 8 de janeiro de 2003, e dos cargos e funções gratificadas criados pela Lei nº 6.221, de 08 de janeiro de 2001, relacionados no Anexo I desta Lei, ficam criados, também integrando a estrutura da Secretaria Executiva de Turismo, os cargos de provimento em comissão especificados no Anexo II.
- **Art. 20.** Fica extinto o cargo de Superintendente, simbologia DS-1, criado pela Lei nº 6.221, de 2001, referido no Anexo III.
- **Art. 21.** O Governador do Estado, mediante proposta do Secretário Executivo de Turismo, aprovará o regimento interno da Secretaria, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da vigência desta Lei.
- **Art. 22.** As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos constantes do orçamento geral do Estado para o corrente exercício, alocados em favor da Secretaria de Estado de Turismo e Esportes, ficando automaticamente transferidos para as unidades reestruturadas os saldos orçamentários consignados às unidades extintas.
- **Art. 23.** A lotação genérica e específica dos cargos da Secretaria Executiva de Turismo SETUR, será definida por decreto do Chefe do Poder Executivo mediante proposta do titular da Pasta, encaminhada à Secretaria Executiva de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio, observado o quantitativo geral dos cargos do Quadro do Serviço Civil do Poder Executivo.
  - **Art. 24.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, em Maceió, 15 de abril de 2003, 115° da República.

RONALDO LESSA Governador

Este texto não substitui o publicado no DOE de 16.04.2003.



## LEI DELEGADA Nº 25, DE 15 DE ABRIL DE 2003.

#### SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO

#### ANEXO I

# Quadro de provimento em comissão e funções gratificadas preexistentes, referidos na Lei Delegada nº 1, de 8 de janeiro de 2003, e Lei nº 6.221, de 08 de janeiro de 2001, com as alterações posteriores

CARGO	SÍMBOLO	QUANT.
Secretário Executivo de Turismo	SE	01
Diretor de Articulação Nacional	SE-2	01
Secretário Adjunto	SE-2	01
Diretor de Unidade	SE-3	01
Coordenador Regional	DS-1	01
Chefe de Gabinete	DS-2	01
Gerente Executivo	DS-2	10
Assessor de Tecnologia de Informática e Informação	AS-2	01
Assessor de Planejamento e Orçamento	AS-2	01
Diretor do Departamento de Administração e Finanças	DS-2	01
Gerente de Programa	DS-3	03
Assessor Técnico	AS-2	04
Assessor Técnico	AS-3	04
Chefe de Divisão	DI-1	03
Secretário Administrativo	DI-1	01



Assessor Intermediário	AI-2	02
Função Gratificada	FG-1	01
Função Gratificada	FG-2	01

:



## ANEXO I A QUE SE REFERE O ART. 19

#### SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO

# Cargos de provimento em comissão e funções gratificadas preexistentes, referidos na Lei Delegada nº 1, de 8 de janeiro de 2003, e Lei nº 6.221, de 08 de janeiro de 2001.

CARGO	SÍMBOLO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
Secretário Executivo de Turismo	SE-1	01	6.000,00
Secretário Adjunto	SE-3	01	3.000,00
Chefe de Gabinete	DS-2	01	1.517,00
Assessor de Tecnologia de Informática e Informação	AS-2	01	1.008,00
Assessor de Planejamento e Orçamento	AS-2	01	1.008,00
Diretor do Departamento de Administração e Finanças	DS-2	01	1.517,00
Gerente Executivo	DS-2	06	1.517,00
Gerente de Programa	DS-3	03	1.008,00
Assessor Técnico	AS-2	01	1.008,00
Assessor Técnico	AS-3	03	780,00
Chefe de Divisão	DI	03	509,00
Assessor Intermediário	AI	02	350,00
Função Gratificada	FG-1	01	271,00
Função Gratificada	FG-2	01	237,00



# ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 19

# SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO

# Cargos de provimento em comissão criados.

CARGO	SÍMBOLO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
Assessor de Comunicação	AS-3	01	780,00
Assessor Técnico	AS-3	02	780,00



# ANEXO III A QUE SE REFERE O ART. 20

# SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO

# Cargo de provimento em comissão extinto

CARGO	SÍMBOLO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
Superintendente	DS-1	01	2.276,00